

**Veículo:** *O Estado de S.Paulo* – coluna Espaço Aberto

**Data:** Junho/2004.

## **Negócios da China**

*Fernando Henrique Cardoso*

Os presidentes costumam ser criticados pelas viagens que fazem, especialmente as internacionais. Nem sempre, entretanto, a crítica é justa. Há viagens e viagens, umas mais burocráticas, outras mais políticas e algumas de interesse para a economia do país. No mundo moderno os presidentes precisam viajar cada vez mais e as oposições, quando não tem o sentido da realidade, se aproveitam dessas ocasiões para zombar dos governantes, como se eles estivessem “gozando a vida” ao invés de trabalhar. É do jogo político.

A mais recente viagem do Presidente Lula à China teve importância política e econômica. Os deslizamentos de comunicação sobre possível exportação de urânio enriquecido (processado em fábrica que, por sinal, começou a funcionar durante a gestão profícua do embaixador Sardenberg no Ministério de Ciência e Tecnologia e que não causou pasmo a ninguém) não chegaram a perturbar o sentido positivo da visita.

A China é um parceiro de monta para o Brasil. O reconhecimento de sua importância vem de longa data. No fim do período militar, o general Figueiredo visitou a China. Outra coisa não fez o Presidente Sarney, conforme lembrou em artigo recente na Folha. No governo do Presidente Itamar, fiz pronunciamentos, como chanceler, favoráveis à aproximação com os países do Oriente, entre os quais a China. Jiang Zemin, que depois se tornou Presidente, esteve no Brasil em 1993. Já na Presidência encontrei Zhu Rongji, reformador da economia chinesa. Em dezembro de 1995 fui à China, em visita de Estado, para agradecer as múltiplas viagens dos dignitários chineses ao Brasil (dos sete principais líderes chineses de então, cinco haviam estado no Brasil) e para levar adiante tratados de colaboração científica assinados pelos governos anteriores (a fabricação e o lançamento conjunto de satélites), bem como para manter conversas políticas com o Presidente Zemin. Este, por sua vez, esteve no Brasil em 2001, retribuindo a visita que lhe fiz.

Portanto, também nessa matéria há inequívoco legado e faz bem o governo atual em aproveitá-lo, assim como é conveniente que continue a usufruir da herança no que se refere à responsabilidade fiscal e ao câmbio flutuante – que tanto ajuda as exportações – ainda que alguns continuem a falar de “herança maldita”. Os avanços realizados no comércio com a China são exemplo disso. Os esforços dos ministros Sérgio Amaral, Pratiní de Moraes e Ronaldo Sardenberg, bem como o de seus antecessores, vem tendo continuidade na ação dos atuais ministros das pastas correspondentes. Os resultados estão à vista de todos: a China se tornou o segundo cliente de nossos produtos de exportação, superada apenas pelos Estados Unidos e com ela mantemos bons programas de colaboração científica.

Uma das características mais marcantes de nossa política externa, como reiterado pelo ex-chanceler Celso Lafer no último artigo que escreveu nesta coluna, é a de ser “uma obra aberta, que se valendo do histórico dos acervos diplomáticos do Brasil, combina mudança e continuidade em função de distintas conjunturas internas e externas”.

Depois da queda do muro de Berlim e da precipitada abertura da economia realizada no início do governo Collor, os requisitos da conjuntura externa e interna (esta última marcada pela democratização) passaram a exigir uma participação brasileira muito ativa tanto nos fóruns multilaterais como no âmbito bilateral. Nossa política externa há muito não se guia por alinhamentos automáticos. E se isso vale para os compromissos políticos, vale com mais força ainda para os comerciais.

Os exemplos de uma postura ativa e conseqüente com nossos interesses são abundantes. As negociações comerciais em Doha, que levaram à possibilidade de corte nos subsídios agrícolas e ao reconhecimento do direito de quebra de patentes para a fabricação de remédios anti-*aids* (que foram conduzidas pelo chanceler Celso Lafer e pelo ministro José Serra, com a contribuição do então embaixador e ora chanceler Celso Amorim), demonstram isso. Assim como também o demonstram os esforços iniciados em meu governo para um acordo entre o Mercosul e a União Européia ou o estreitamento das relações entre os países da América do Sul, tendo em vista a necessidade da integração energética e viária entre eles.

Tudo isso, muito acertadamente, vem tendo continuidade no governo atual, assim como

tiveram continuidade nossas reclamações junto à OMC, a última das quais, a do subsídio americano ao algodão, pela qual tanto lutou o então secretário de política econômica do Ministério da Agricultura, Pedro Camargo, teve êxito marcante.

Nada disso, entretanto, deve obscurecer o fato principal: nos dias de hoje é uma ilusão pensar que acordos comerciais ou tecnológicos com países como a China, a Rússia ou qualquer dos atores mais significativos da cena atual signifique o embrião de uma “aliança anti-americana”. Não só porque nenhum deles deseja enrijecer o quadro internacional em uma nova polarização ideológica, como porque também nós precisamos ter consciência de que os acordos, negociações e pressões internacionais que fazemos, não devem ser para nos isolar nem para criar um “terceiro ou segundo-mundismo” nostálgico.

Se algo faz a diferença entre o Brasil e a maioria dos países ditos emergentes, principalmente os do nosso Continente, é que nós conseguimos desenvolver uma produção industrial e um setor de serviços, bem como de processamento agrícola, com razoável avanço tecnológico. Por isso precisamos abrir mercados em áreas que absorvam nossos bens de exportação de padrão global. A China é boa companheira e absorverá crescentemente nossas commodities. Resistirá, contudo, a comprar nossos produtos industrializados. E, quando o fizer, procurará, como no caso da Embraer, que eles sejam produzidos lá. Da mesma maneira a Europa se tem mostrado tímida nas compras de equipamentos e bens industriais. Conseqüentemente, os avanços em nossas relações com a China, com a União Européia ou com quem mais seja, que, reitero, são positivos, não devem ser vistos como substitutos para bons acordos com os países da América Latina nem, muito menos, com os Estados Unidos. Sempre, naturalmente, que eles atendam a nossos interesses e não impliquem exclusividade ou subordinação.